

MORADORES DE RUA E POLÍTICAS SOCIAIS NO VALE DO PARAIBA PAULISTA

Carlos Alberto Máximo Pimenta¹
Cláudia Lúcia da Silva²

¹Universidade de Taubaté/Instituto Base de Humanidades, Rua Visconde do Rio Branco, nº22 - Taubaté, SP carlosalbertopimenta@gmail.com

²Universidade de Taubaté/Serviço Social, Rua Visconde do Rio Branco, nº22 - Taubaté, SP claulusi@yahoo.com.br

Resumo - Este trabalho versa sobre a visão que os moradores de rua têm sobre a realidade social contemporânea, com o objetivo de interpretar a relação que essas pessoas em condição de vulnerabilidade travam, dentro do espaço urbano, com a sociedade em tempos de “incertezas”. A pesquisa de campo desenvolveu-se na Taubaté, vale do Paraíba paulista, com moradores de rua da zona central da cidade, escolhidos pelos critérios de acessibilidade e de ter estabelecido moradia na rua. Ressalta-se que as falas produzidas pelos moradores de rua são dotadas de sentidos e, sobrepostas pelo critério da igualdade e das repetições de termos, indicam que esses “sujeitos” têm a exata noção do que fazem e do porque estão morando na rua, bem como expressam que a rua passou a ser um importante lugar de sociabilidades.

Palavras-chave: moradores de rua, realidade social contemporânea, visões de mundo, desenvolvimento regional urbano.

Área do Conhecimento: Sociologia Urbana; Serviço Social.

Introdução

Este trabalho versa sobre a visão que os moradores de rua têm sobre a realidade social contemporânea, com o objetivo de interpretar a relação que essas pessoas em condição de vulnerabilidade travam, dentro do espaço urbano, com a sociedade em tempos de “incertezas”.

A proposta se justifica uma vez que é na contemporaneidade que ocorre um aumento significativo de “tecnologias” (econômicas, políticas, industriais, socioculturais, subjetivas, simbólicas) e se vê reiterada, com mais intensidade, as promessas de acesso rápido aos bens e aos benefícios do progresso, em dimensões individuais e coletivas, minimizando no campo das lutas políticas a existência de forças ou de poderes estabelecidos no próprio processo histórico¹.

Na consonância com essas tendências, instaura-se uma sociedade “informada” ou “informatizada”, em constante comunicação em rede, mas dispersa ou virtualmente ligada e desconectada com o lugar e com o coletivo. Do outro lado, ocorre um movimento crescente nas ruas de pessoas que estabelecem o caminho inverso. Esse movimento também acontece na

cidade de Taubaté, em face de um aumento significativo de pessoas utilizando a rua como “espaço privado” de moradia².

Metodologia

A pesquisa de campo desenvolveu-se na Taubaté, vale do Paraíba paulista, com moradores de rua da zona central da cidade, escolhidos pelos critérios de acessibilidade e de ter estabelecido moradia na rua. Definido o local, indica-se que os sujeitos de investigação não foram escolhidos pelo critério de idade, sexo, escolaridade ou qualquer categoria de equivalência, mas pela própria condição de ter estabelecido moradia na rua.

Houve, enquanto critério de leitura dos dados obtidos em campo, uma sobreposição das igualdades e das repetições de termos, com a pretensão de se identificar, a partir dos sujeitos pesquisados, a noção que tinham de suas condições de morar na rua e qual significado davam ao espaço da rua.

Esse trajeto é relevante, uma vez que se permite apreender as contradições de nosso tempo, principalmente quando se dá voz e vida à visão das pessoas em condição de vulnerabilidade, ou seja: daqueles que vivem na rua.

¹ Na atual sociedade, em escala mundial, vive-se uma exacerbação da cultura do individualismo, o que, de certo modo, vem (re)significando o ideário moderno, a ordem jurídica e a ação coletiva. Conseqüentemente, há uma mudança de entendimento do que venha a ser condição humana e de direitos.

² Aqui, entende-se a rua como “espaço privado” no sentido em que a rua se transformou em local de moradia, tal qual a casa. Ao invés da casa é a rua que se torna num asilo à pessoa.

Dentro da proposta sugerida, a predisposição do método a ser utilizado é, pela perspectiva da cultura, estabelecer um diálogo de fronteiras entre a Sociologia e a Antropologia. Ou seja, trata-se de uma inserção, por intermédio do instrumento da observação etnográfica, ao modo de vida das pessoas, tidas como “moradoras de rua” e, posteriormente, na medida em que este envolvimento ganhe maior intimidade, coletar relatos, por intermédio de entrevistas abertas, analisando-os em contextos teórico-metodológicos da sociologia dialética que auxiliem na identificação das contradições de nosso tempo.

Portanto, a investigação é qualitativa, valorizada por observações de campo, entrevistas abertas e registros etnográficos, realizando descrições densas, não sem análise. Com essas estratégias, tenta-se evidenciar a visão de mundo e as sensibilidades presentes na relação entre pesquisado e pesquisador, estes na percepção das dimensões *objetivas* (localização espacial, estilo de vida, contrastes culturais e econômicos, entre outras percepções possíveis) e *subjetivas* (símbolos e códigos sociais, preconceitos, constituição ideológica das novas relações urbanas, entre outras possibilidades) para se compor um quadro de questões socioculturais relacionadas (ou comparativas) com a atual lógica urbana e as sensibilidades do sujeito da pesquisa.

Parte-se da convicção de que as observações devem respeitar a contextualização de cada tempo e espaço urbano identificado, da particularidade à totalidade, do micro ao macro, sem perder de referência o processo histórico e a existência de conflitos. Outra convicção necessária é a de que essa contextualização envolve-se de interditos objetivos (leis, normas, regras), mas também é composta por elementos subjetivos (ideologia, poderes simbólicos, características e memórias regionais, entre outros), resultantes do próprio processo sociocultural humano.

A partir das indicações metodológicas acima, se estabeleceram critérios de acessibilidade para a abordagem do sujeito de pesquisa, assim como o tempo e a forma de aproximação. Com isso fez-se um piloto de perguntas que pudesse avaliar as pretensões da proposta, tendo como base para a sua formulação a observância de elementos que tornassem o diálogo com os sujeitos de pesquisa o mais aberto possível, não suscitando influências de perspectiva pessoal do entrevistador que venham a comprometer as respostas dos entrevistados.

Todas as conversas foram gravadas e depois transcritas para posterior análise-quantificação, mas a ênfase do trabalho prevaleceu sobre a pesquisa de campo valorizando um determinado convívio com a rua e com os moradores: uma questão de angariar confiabilidade entre os sujeitos da pesquisa.

Análise Teórica e Resultados

Morar na rua é conseqüência visível do agravamento da questão social³, ou seja, da divisão da sociedade em classes e a aproximação desigual da riqueza socialmente gerada. No campo jurídico denota-se a pouca atenção dispensada aos excluídos do processo produtivo, principalmente no que se refere a sua dignidade humana. Os moradores de rua estão desprovidos do padrão de proteção social, ou seja, o mínimo necessário para sua sobrevivência. Para Pastorini (2007)

A questão social assume hoje transformações vividas no mundo capitalista em seu conjunto desde os anos 80, que produz, além de um aumento da pobreza, uma desestabilização dos trabalhadores outrora estáveis e, em decorrência, uma perda dos padrões de proteção social (PASTORINI, 2007, p.113).

As políticas sociais⁴ no Brasil têm se apresentado de maneira contraditória na perspectiva de acomodar as relações entre o Estado e a sociedade civil, o que caracteriza a pouca efetividade social e a subordinação por interesses econômicos, permitindo apenas o acesso discriminado a recursos e serviços sociais. Sendo assim Falcão (1989, p. 23) entende que:

A política social no Brasil se mantém opaca, sem visibilidade, sem identidade, sem direção clara, germinando e proliferando uma caótica rede de instituições públicas produtoras de assistência e serviços sociais, que se apresentam marginais até mesmo para seus agentes técnicos.

Apenas uma parte da população tem acesso aos avanços da tecnologia, a bons estudos, habitação com infra-estrutura, saúde e alimentação, outra parte é totalmente carente dos mínimos essenciais para sua sobrevivência. Então, fica claro que as expressões do antagonismo social, só se reproduzem, só solidificam a desigualdade social. Embora exista o movimento de pessoas que procuram amenizar

³ A questão social emergiu na primeira metade do século XIX, com o surgimento do pauperismo, na Europa Ocidental PASTORINI (2007: p. 16).

⁴HÖFLING (2001: p. 30) explica que as *políticas sociais* se referem a ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, voltadas, em princípio, para a redistribuição dos benefícios sociais visando a diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico. As políticas sociais têm suas raízes nos movimentos populares do século XIX, voltadas aos conflitos surgidos entre capital e trabalho, no desenvolvimento das primeiras revoluções industriais.

essa questão, que procuram criar estratégias para reduzir a fome, a falta de habitação, ainda não é suficiente. Existe a necessidade de ações coletivas para que as pessoas ampliem sua visão de homem e de mundo e possam interpretá-lo e assim transformá-lo. O acesso material, o acesso à escola, a condições dignas de sobrevivência são os pontos-chave para o exercício da cidadania e a tão “sonhada” democracia.

Por tratar-se de pesquisa em desenvolvimento, essa estratégia foi iniciada junto as instituições filantrópicas que atuam com esta população no âmbito do município de Taubaté. Cabe salientar que a pesquisa de campo teve seu início, no ano de 2007, por meio da visita ao Centro de Controle de Migração de Taubaté, instituição responsável pela assistência de boa parte da população de rua do município e da região do vale do Paraíba, onde ocorreu o primeiro contato dos pesquisadores com o objeto e o sujeito de pesquisa.

Nas visitas às instituições “cuidadoras” dos moradores de rua (CECOMI – Centro de Controle de Migração de Taubaté, mais conhecido pela população como o Albergue de Taubaté; TOCA DE ASSIS – Instituto de Vida Consagrada Filhos da Pobreza do Santíssimo Sacramento; Casa Madre Teresa de Calcutá; e, Casa João Paulo II – Missão Sede Santos!, todas na cidade de Taubaté), também passamos a observar estes lugares, apreendendo os aspectos relevantes na visita, tais como: **a)** a estrutura física do local; **b)** o atendimento prestado pela instituição. No caso desta observação não tivemos o intuito de avaliar suas ações, mas de identificar o modo com o qual relacionam com os sujeitos da pesquisa: os moradores de rua.

A análise desses fatores juntamente com as pesquisas preliminares de aproximação com o sujeito de pesquisa permite apontar que a condição de estabelecer moradia na rua não compromete a visão de mundo dos moradores de rua, ou pelo menos não a exclui por completo; o que foi comprovado na visita ao Centro de Controle de Migração de Taubaté CECOMI (Albergue Municipal) e o Instituto de Vida Consagrada Filhos da Pobreza do Santíssimo Sacramento “Toca de Assis” (caráter caritativo e/ou religioso).

Os moradores de rua atendidos pelo CECOMI possuem a faixa etária de 30 a 60 anos em média, que por algum motivo (dentre os mais frequentes: comprometimento com tóxicos, deficiência mental, desemprego ou a condição de ex-presidiários) são direcionados à instituição de modo voluntário, quando vem por vontade própria, ou de outra forma, quando trazidos por seus familiares, pela comunidade ou polícia.

Em contato com os dados estatísticos disponibilizados pelo CECOMI constatou-se que os moradores de rua atendidos possuem um nível de escolaridade razoável, tendo alguns até nível

superior. Constatou-se ainda, o fato relevante de ser o título de eleitor um dos documentos mais requisitados, visto que muitos deles fazem questão de votar, dado este que veio ser reafirmado na visita a Toca de Assis. Por meio dos dados obtidos pelos irmãos franciscanos observou-se que a maioria dos moradores de rua é portadora do título de eleitor e também faz questão de votar⁵.

A visita às duas instituições, num primeiro momento dessa pesquisa, possibilitou verificar que os moradores de rua, em sua maioria, perderam totalmente os vínculos familiares, gerado por um sentimento de perda de identidade e de referência com o seu passado. Em Alain T (2002) essa questão do indivíduo e seu abandono na sociedade pós-moderna ocasiona a destruição e a ruptura de laços, juntamente com sentimentos e crenças chamadas tradicionais. Mas, por outro lado, esse movimento não exclui a consciência e sensibilidades com relação à realidade em que experimenta e vive.

Essa diferenciada condição identitária e de vínculos ficou caracterizada no diálogo que realizou-se com o Irmão Anderson⁶. Na oportunidade, relatou:

[...] recentemente (2 meses), faleceu um irmão que conseguimos achar a família. Ela se comprometeu a vir a Toca (nome da instituição) visitá-lo. Todos os dias, no início da tarde, ele (o morador que faleceu) tomava banho, se arrumava e ficava sentado na porta de entrada esperando a visita de um parente. [...] A família nunca apareceu. Isso fez com que o irmão se entristecesse dia após dia, fosse perdendo a alegria de viver, adoeceu e morreu, sem nunca mais tocar em seu passado. [Grifos dos autores].

A família, embora seja importante no processo de reintegração social, na maioria dos casos, segundo relatos coletados em campo, perde totalmente o vínculo com a pessoa que está na rua. Essa condição reescreve as relações entre os familiares e, em ambas as partes, ocorre um apagamento das identificações e registros com tais grupos.

A assistente social Inês relata a mesma situação experienciada pelo Irmão Anderson ao salientar que “na maioria dos casos a família não quer nenhum contato”. A quebra de vínculo é tão

⁵ Aqui vale uma pesquisa futura sobre a dimensão da representação e forma de participações políticas com pessoas em situação de risco ou precarização social.

⁶ Por questões éticas far-se-á menção, apenas, ao primeiro nome das pessoas que compõem o universo empírico deste trabalho.

significativa que, segundo o relato desta assistente social, “quando um morador de rua vem a óbito e localizamos a família, ela pede para que a instituição tome as providências com o funeral”. Tal situação pode ser entendida como uma ausência de recursos para fazer frente ao funeral, no entanto, o que se ressalta é o isolamento em que o parece, socialmente viveu ou o desejo de não se estabelecer qualquer tipo de contato, por parte dos familiares. Por outro lado, o resgate dos vínculos é possível, mas muito difícil. Segundo Inês ela só tem notícia de um caso e que a pessoa “conseguiu um emprego e voltou a estudar”.

Conclusão

Para as pessoas que trabalham com moradores de rua a família é o veículo afetivo ao possível retorno à vida social estabelecida, mas somado a rua, a consciência de sua realidade e dos riscos que ela representa, não são suficientes para fomentar políticas sociais e estabelecer direitos às pessoas que da rua fazem sua moradia. Muito menos, funciona como um canal de reconstrução de trajetórias para além das ruas.

Em tempos de fragmentações, inseguranças, fluidez e instabilidades, a modernidade (Zygmunt BAUMAN, 2001) passa a ser portadora de uma fugacidade das atuais experiências sociais e coloca as seguranças materiais creditadas pela idéia de modernidade (família, trabalho, direito e formação) em condições de liquidez. Para BAUMAN (2001), com a quebra das garantias tudo ficou fluído, volátil e instantâneo. Talvez, esse aspecto apontado e sugerido por ele permita o entendimento da atualidade, da dimensão da consciência e dos sentimentos que o morador de rua tem da sua experiência da rua.

As relações sociais processam transformações radicais e profundas que, cada vez mais, inscrevem pessoas, grupos e espaços a situação de risco ou de precarização, sujeitos a todo tido de sorte e, sobre a problemática do morador de rua cabe acrescentar que, como ser excluído da sociedade, tem pouca repercussão no campo social e jurídico. Portanto, requer maior atenção dos agentes públicos e da Sociedade Civil quanto para esta questão social.

Ressalta-se que as falas produzidas pelos moradores de rua são dotadas de sentidos e, sobrepostas pelo critério da igualdade e das repetições de termos, indicam que esses “sujeitos” têm a exata noção do que fazem e do porque estão morando na rua, bem como expressam que a rua passou a ser um importante lugar de sociabilidades.

Referência Bibliográfica

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

FALCÃO, Maria do Carmo Brant. A Seguridade na Travessia do Estado Assistencial Brasileiro. In: SPOSATI, Aldaíza. **Os Direitos (dos desassistidos) Sociais**. São Paulo: Cortez, 1989.

HÖFLING, Eloísa de Mattos. Estado e Políticas (Públicas) Sociais. **Cadernos CEDES**, ano XXI, n. 55, nov. 2001, p. 30-41.

PASTORINI, Alejandra. **A Categoria “Questão Social” em Debate**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007. Coleção questões da nossa época, v. 109.

TOURAINÉ, Alain. **Crítica da Modernidade**. Petrópolis: Vozes, 2002.